



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

ATA DA 63ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e dois minutos, o Vereador Thiago Damaceno declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou a Vereadora Professora Livia que realizasse a leitura do expediente. **EXPEDIENTE:** Emenda a Lei Orgânica nº: 6420/2025 do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 6519/2025 do Vereador Wesley Barreto; Projeto de Lei nº: 6532/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Requerimento de Informação nº: 6520, 6521, 6537 e 6538/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 6539/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 6540 e 6542/2025 do Vereador Thiago Damaceno; Terminada a leitura do **EXPEDIENTE**, o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou a importância de utilizar a tribuna para prestar contas da atuação parlamentar. Relatou que tem visitado as escolas e os centros de educação infantil do município, inclusive as escolas de educação infantil, para acompanhar, neste momento, as denúncias recebidas sobre a falta de merenda escolar. Informou que o gabinete tem recebido diversas denúncias sobre a ausência de alimentos nas escolas, desde os alimentos não perecíveis até os perecíveis, além da qualidade dos produtos entregues, como bananas extremamente verdes que demoram semanas para amadurecer e abacates verdes, prejudicando a variedade e a segurança alimentar das crianças. Mencionou que foi realizada uma reunião na Secretaria de Educação, com a presença da secretária, do responsável financeiro e do responsável pela merenda, os quais afirmaram que o problema era de gestão e de pagamento aos fornecedores. Ressaltou que a prefeitura possui pagamentos pendentes do ano passado, no valor aproximado de três milhões de reais, valor considerado irrisório para a merenda municipal, e que isso tem dificultado a entrega da alimentação nas unidades escolares. Enfatizou que não é aceitável que um centro de educação infantil precise racionar leite para distribuir às crianças. Graças à pressão feita na semana anterior, a prefeitura informou ter pago os fornecedores e prometeu restabelecer a entrega dos mantimentos. No entanto, continuam chegando denúncias de falta de merenda escolar, com escolas servindo apenas arroz e feijão. Reforçou que a alimentação escolar é fundamental para garantir a segurança alimentar das crianças, lembrando que muitas delas se alimentam na sexta-feira e só voltam a ter uma refeição na segunda-feira, ao retornarem à escola. Destacou que é essencial garantir a variedade alimentar nas escolas e nos centros de educação infantil, apontando que, embora exista uma equipe nutricional responsável pelo balanceamento, os produtos muitas



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

vezes chegam em péssima qualidade e precisam ser devolvidos pelas diretoras, o que acaba levando à repetição dos mesmos alimentos durante vários dias na semana. Pontuou que o problema da merenda escolar já era previsto desde o ano passado, quando o orçamento foi aprovado na Câmara, mas que a atual gestão da prefeitura trata o tema como novidade. Criticou o prefeito por, mesmo tendo votado o orçamento na legislatura anterior, alegar agora desconhecimento dos problemas financeiros e orçamentários. Abordou ainda a questão da paralisação de obras da prefeitura, citando a visita realizada no dia anterior à obra parada da EMEI Professora Maria da Glória Queiroz de Vasconcelos, no Alto Independência, paralisada por falta de pagamento. Ressaltou a falta de vagas na creche e nas escolas, agravada pela ineficiência do programa de busca ativa da atual gestão, que mudou de nome, mas não tem garantido o acesso das crianças à escola. Reafirmou o compromisso do mandato em visitar as escolas e centros de educação infantil para fiscalizar as obras, as condições das merendas, as instalações e a estrutura escolar, além de acompanhar os problemas de manutenção e a falta de profissionais. Destacou a carência de orientadores escolares nos centros de educação infantil, apontando que isso sobrecarrega as diretoras e educadoras, dentro de um projeto que desvaloriza o desenvolvimento infantil. Reiterou que o que se vê é um projeto de desmonte da educação pública, que não destina recursos para concluir as obras e entregar os centros de educação infantil. Criticou a declaração da nova secretária de Educação, que afirmou na última prestação de contas que a fila de espera diminuiu, na visão da oradora, isso ocorreu não porque a prefeitura resolveu o problema, mas porque as famílias estão cansadas de esperar e buscam outras alternativas, enquanto a prefeitura junta turmas e sobrecarrega profissionais. Por fim, reforçou o compromisso do mandato em defender a educação pública, os profissionais da educação e o direito essencial à vaga na creche. Cobrou do governo respostas sobre a entrega das obras paradas no Vincenzo Rivetti, no Alto Independência e no Caititu, e sobre os requerimentos de informação que não têm sido respondidos pela prefeitura. Destacou que não é apenas o gabinete que aguarda respostas, mas toda a cidade e inúmeras mães solo que esperam vagas para suas crianças, principalmente nos bairros mais altos da cidade. Agradeceu e despediu-se. **2) WESLEY BARRETO, PRD** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Agradeceu aos nobres colegas pela aprovação de sua indicação legislativa referente a uma importante demanda da saúde pública do município. Informou que a proposta partiu da própria população e foi levada ao mandato, buscando garantir maior suporte aos acompanhantes de pacientes na rede pública de saúde. Ressaltou que, além do atendimento digno e de excelência que os pacientes necessitam, é fundamental que os acompanhantes também contem com o mínimo de estrutura para prestar o auxílio necessário, inclusive no aspecto psicológico. Na indicação aprovada, reforçou-se ao prefeito Hingo Hammes a importância de oferecer aos acompanhantes um ambiente digno e confortável, com cadeiras, assentos ou poltronas adequadas, para que possam desempenhar esse papel com dignidade.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

Agradeceu novamente aos demais parlamentares pelo apoio e destacou o esforço do mandato, em conjunto com a prefeitura e o prefeito Hingo Hammes, em prol de uma saúde pública de qualidade para a população, reconhecendo que a saúde é um serviço essencial. Na sequência, destacou a relevância do dia 18 de junho, Dia Internacional do Orgulho Autista, reforçando que essa é uma pauta prioritária do mandato. Prestou contas de alguns projetos encaminhados na Câmara Municipal com foco na inclusão e acessibilidade das pessoas com autismo. Citou o projeto de lei aprovado que criou o selo "Parceiro do Autista", incentivando o comércio local a oferecer um desconto de 10% a autistas, principalmente em farmácias, mercados e serviços essenciais, diante dos altos custos enfrentados por essas famílias. Mencionou também o projeto "Escola Amiga do Autista", para que as escolas municipais se adequem às necessidades de acessibilidade e inclusão, e o projeto "Praças Inclusivas", visando à instalação de brinquedos e equipamentos acessíveis nas praças da cidade. O vereador ainda destacou o projeto que prevê salas de decompressão nos eventos do município, reforçando o compromisso do mandato com a causa autista e colocando-se à disposição da população autista da cidade. Parabenizou todas as pessoas pela data e considerou essencial que a tecnologia e a inteligência artificial sejam também pensadas como oportunidade para pessoas autistas, considerando o elevado intelecto que muitas apresentam e a necessidade de inclusão nesse campo em alta na sociedade. Por fim, abordou o tema do transporte público, esclarecendo que, embora não integre a Comissão de Transporte, tem sido demandado pela população sobre o novo cálculo da tarifa do transporte público, que poderá resultar em aumento da passagem. Reconheceu o parecer da Justiça que autorizou o recálculo, mas informou que tanto a prefeitura quanto ele próprio se posicionaram contrários ao aumento, diante da precariedade do serviço oferecido: frota insuficiente, falta de manutenção, ônibus quebrados e ausência de conforto. Propôs à Comissão de Transporte, presidida pelo vereador Thiago Damaceno, a realização de uma análise aprofundada para criar mecanismos que impeçam o aumento da tarifa. Colocou-se à disposição da comissão e da Casa Legislativa para discutir o tema, reforçando que Petrópolis já tem uma das passagens mais caras do estado do Rio de Janeiro e que o aumento não pode ser aceito diante da má qualidade do serviço prestado. Encerrou reafirmando o compromisso com a defesa da população e com a busca de soluções para a cidade. Agradeceu e despediu-se. 3) **LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Relatou que ao ouvir atentamente o debate que vinha sendo realizado entre o presidente da Comissão de Transporte e o vereador Wesley Barreto a respeito do transporte público, destacou um ponto que lhe chamou a atenção. Manifestou concordância com os colegas, ressaltando que é necessário um transporte cada vez mais eficiente, seguro, de qualidade e com tarifa reduzida. Contudo, apontou sua indignação com o fato de o prefeito, cerca de dez dias antes, ter ido ao terminal para gravar um vídeo declarando-se favorável à redução da passagem, enquanto exibia o Vale Educação, benefício criado em 2021 durante sua gestão como prefeito interino.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

Observou que, desde então, não houve expansão das escolas nem novos programas na área, como a vereadora professora Livia já havia mencionado. Segundo ele, o prefeito, por capricho, decidiu aumentar o valor do Vale Educação, desviando recursos que poderiam ser destinados à merenda escolar para aplicação junto às empresas de ônibus. Informou que atualmente a prefeitura destina R\$ 1.927.000 mensais ao Vale Educação e, mesmo assim, o prefeito afirma, em vídeo, que tem a consciência tranquila. Declarou não compartilhar da mesma tranquilidade, por entender que se trata de um gestor que retira recursos da merenda para repassar ao setor empresarial de transporte. Criticou a postura do prefeito, que, na sua avaliação, começa a ser desmascarado pela própria narrativa. Ressaltou que, enquanto o prefeito se posiciona publicamente contra o reajuste da tarifa, nos bastidores acata a decisão judicial e se compromete a apresentar a planilha de custos às autoridades competentes. Lembrou que já havia alertado a Casa, no dia 11 de junho, sobre a impressão de que tudo estaria combinado entre o Executivo e os empresários de ônibus: o prefeito grava o vídeo se dizendo contra o aumento, mas as empresas recorrem à Justiça, apresentam os dados e chegam a um valor comum, no qual o pedido inicial (R\$ 6,40) seria ajustado para um valor um pouco menor (R\$ 6), com a intenção de fazer a população aceitar o reajuste. Afirmou não compactuar com esse cenário e reforçou que, eleito com 3.228 votos, não aceitará ser censurado na Câmara nem permitirá que o prefeito engane a população com discursos fáceis. Na sequência, solicitou ao presidente que chamasse o vereador Dr. Aloísio, por ser médico, para acompanhar uma denúncia grave que o parlamentar apresentou: o Ministério da Saúde suspendeu o repasse de recursos ao município devido à falta de prestação de contas do SAMU por parte da prefeitura. Advertiu que todo o serviço do SAMU na cidade corre o risco de ser paralisado, enquanto, segundo ele, o secretário de Saúde estaria em viagem a Belo Horizonte, alegadamente aperfeiçoando a gestão. Acrescentou que a empresa responsável pelo contêiner instalado na serra no mês anterior já cogitava retirá-lo, pois não recebe o aluguel desde fevereiro. Enfatizou que a cidade não pode permitir a saída do SAMU e defendeu que, se necessário, a Câmara e a população se mobilizem em defesa do serviço. Informou ainda que há uma lista de mais de 20 medicamentos em falta na rede, enquanto, segundo ele, o secretário de Saúde teria adquirido ingresso para visitar a Gruta de Maquiné, o que classificou como desrespeito à população que aguarda por consultas e medicamentos. Por fim, retornou ao tema da merenda escolar, apontando que já existe uma dívida superior a R\$ 5 milhões na área, ao mesmo tempo em que o Vale Educação estaria com os pagamentos em dia, somando R\$ 1.927.000 mensais. Destacou que o prefeito anunciou novo pagamento do benefício para a próxima semana e apresentou uma lista de credores do município disponível no Portal da Transparência do Fundo Municipal de Educação. Criticou a postura do Executivo, afirmando que a gestão estaria empurrando as pendências para o período do recesso legislativo, que se inicia em breve, e concluiu lamentando a ausência do líder do governo na sessão, o que, em sua visão, prejudicou o aprofundamento do debate sobre a situação do SAMU.



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

Agradeceu e despediu-se. 4) **JÚLIA CASAMASSO, PSOL** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Abordou a questão dos profissionais contratados como RPA na educação. Ressaltou que, em 18 de junho, encerrava-se o prazo determinado pela Justiça para que a prefeitura resolvesse essa situação. Informou que, antes mesmo do término do prazo, já havia sido solicitado ao Executivo, por meio de requerimento de informação, o quantitativo dos RPAs na educação, bem como um cronograma ou um projeto que indicasse como a regularização seria conduzida. Segundo ela, era fundamental esse diálogo com os trabalhadores, que não podem ficar sem emprego da noite para o dia. Destacou que os RPAs sofrem com a precarização das condições de trabalho: não possuem direitos trabalhistas, estabilidade ou sequer a garantia de remuneração em casos de ausência por motivo de saúde. Diante disso, reforçou a necessidade de um plano efetivo da prefeitura, com compromisso real da Secretaria de Educação, que contemple os trabalhadores e suas condições precárias. Reafirmou que o mandato continuará cobrando e fiscalizando, pois, mesmo com a convocação de todos os aprovados no concurso da educação, ainda haverá carência de profissionais. Defendeu um plano que dialogue com a categoria e atenda às suas necessidades, já que os RPAs, cientes do prazo judicial, estão preocupados com seus empregos e com o futuro de suas funções. Reforçou a cobrança ao Executivo para que apresente uma solução concreta para o caso. Em seguida, tratou das questões relacionadas ao transporte público, destacando que o momento é oportuno para aprofundar o debate. Apontou preocupação com o anúncio do plano de contingência para o transporte, que, em sua avaliação, deixou muitas dúvidas no ar. Criticou a falta de informações claras e objetivas sobre as medidas que serão tomadas e apontou que o que se vê até agora são apenas promessas e especulações. Lembrou que foi anunciado o fim dos contratos emergenciais e a realização de três novos contratos temporários, mas sem qualquer detalhe sobre o conteúdo desses contratos. Questionou se esses contratos serão firmados com as mesmas empresas privadas que atualmente operam o serviço e que, segundo ela, não cumprem suas responsabilidades. Mencionou que mais de 100 ônibus circulam fora do prazo de validade e que, segundo o último Relatório Mensal de Ônibus (RMO), quase 2.000 viagens não foram realizadas. Criticou a ausência de licitação e a intenção de renovação de contratos temporários com as empresas atuais, classificando como preocupante a combinação de uma das tarifas mais caras do estado com um serviço de má qualidade. Também se referiu aos R\$ 150 milhões do PAC Mobilidade, lembrando que esse valor será pago pela própria população, mesmo que em parcelas reduzidas. Questionou o fato de ônibus adquiridos com recursos públicos, incluindo veículos elétricos, com menor custo de manutenção e operação, serem entregues para empresas privadas que, segundo ela, já prestam um serviço deficiente. Considerou inaceitável essa destinação de recursos e afirmou que a população jamais aceitaria colocar R\$ 150 milhões na mão dessas empresas. Por fim, manifestou indignação com o anúncio da privatização dos terminais de ônibus. Para ela, a justificativa de aumento da segurança poderia ser atendida com concurso



Estado do Rio de Janeiro
Câmara Municipal de Petrópolis

público e ampliação do efetivo da guarda municipal. Defendeu que os debates sobre transporte, saúde e outras áreas estão interligados e reiterou seu repúdio ao projeto político que, em sua visão, desmonta os bens públicos. Destacou que o PAC Seleções representa uma oportunidade única para a municipalização do transporte, garantindo tarifa zero e transformando o transporte público em um verdadeiro direito da população, essencial para o acesso à saúde, educação, lazer e cultura. Concluiu reafirmando a necessidade de um transporte público operado por uma empresa municipal e o compromisso do mandato em continuar cobrando e fiscalizando a prefeitura sobre o tema. Agradeceu e despediu-se. Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS** o Senhor Presidente, passou à **ORDEM DO DIA**: Colocado em discussão e votação o Pedido de Vista por 2 sessões do Projeto de Lei nº: 3771/2025 do Vereador Dr. Aloísio; o Pedido foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida; do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 6546/2025 do Vereador Thiago Damaceno; o Requerimento foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida; do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 1º discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 6411/2025 do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida; do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 2º discussão e votação o Projeto de Resolução nº: 6411/2025 do Vereador Thiago Damaceno e do Vereador Júnior Coruja; o Projeto foi aprovado com 09 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida; do Vereador Octávio Sampaio, do Vereador Tiago Leite e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em votação e discussão as Indicações em bloco nº: 0931, 0932, 0934, 1765, 1782, 1785, 3302, 3303, 3360, 3499, 3501, 3519, 4263, 4267, 4361, 4454, 4493, 4496, 5279, 5280, 5281, 6319, 6323 e 6333/2025; as Indicações foram aprovadas com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Octávio Sampaio e do Vereador Wesley Barreto; Terminada a **ORDEM DO DIA** e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezessete horas e quarenta e dois minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá no dia vinte e quatro de junho às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins, Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins